

Senado vota hoje, 25, o Fundeb permanente e com mais recursos da União

O Senado Federal, vota hoje, 25, às 16, em Sessão Deliberativa Remota, o novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

A sessão de logo mais terá como único item da pauta a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 26/2020, de relatoria do senador Flávio Arns (REDE/PR).

Depois de muita pressão dos trabalhadores e das trabalhadoras da educação e da sociedade civil pelo #AprovaFundebIntegral, o texto da PEC 26 deverá ser aprovado na íntegra e poderá ser promulgado pelo Congresso Nacional no dia seguinte, dia 26.

A proposta que será analisada pelos senadores prevê o aumento gradual dos recursos da União para o Fundeb, que passará dos 10% atual para 23% a partir de 2026, garante 70% dos recursos para o pagamento da folha salarial de todos os profissionais da educação e torna o fundo permanente.



Na semana passada foram apresentadas emendas e destaques para o texto, que caso fossem aceitas prejudicariam a essência do fundo e atrasariam a tramitação da PEC. Mas houve resistência e pressão dos movimentos social e sindical, com ajuda de governadores, prefeitos e instituições educacionais para o texto ser aprovado na íntegra.

Se o Fundeb permanente não for aprovado e regulamentado antes de 31 de dezembro, quando vence o atual fundo,

4.810 municípios terão dificuldade em manter as escolas públicas abertas.

Depois da PEC ser promulgada, começa o trabalho de toda comunidade escolar para construir uma lei que regulamenta o Fundeb.

Mesmo com todas as expectativas em alta, a mobilização em defesa do #AprovaFundebIntegral continua.

Com informações repassadas pela CUT.

Doar é um gesto de amor

O que precisamos:

Material de limpeza e higiene pessoal

Período da campanha: 01/07 a 01/08

Contato para doações:

(98) 98184-7926 (Karina Lindoso)



Nota de Falecimento

O Sindsep/MA lamenta a perda irreparável do companheiro Roberto Figueiredo, que faleceu ontem, 24 de agosto.

Roberto Figueiredo, era irmão de Valter Cezar Dias Figueiredo, diretor da Secretaria de Comunicação do Sindsep/MA e de Política Sindical e Formação da Condsef.

A entidade externa o seu pesar à família.



Aplausos nas janelas e ataques do governo

A manutenção do congelamento salarial de servidores públicos até dezembro de 2021, assinada pela Câmara dos Deputados em acordo com o ministro da Economia Paulo Guedes, prejudica os trabalhadores empenhados no combate à pandemia de Covid-19. Profissionais da saúde que atendem a população em hospitais públicos da União, com mais de três anos sem reajuste dos vencimentos, receberam do governo um prêmio por seus esforços: mais dois anos de perda do poder de compra. Segundo especialistas, o congelamento significa, na prática, diminuição salarial, tendo-se em vista que os trabalhadores poderão perder cerca de metade de seu poder de compra.

Paulo Guedes, em diversas ocasiões, garantiu que servidores da linha de frente da pandemia não seriam prejudicados com os congelamentos.

Em direção oposta a seus pronunciamentos públicos, as ações do ministro barraram a valorização de profissionais que arriscam diariamente suas vidas pelo bem público. Os argumentos usados por Guedes foram imorais, ardilosos e sujos, baseados em mentiras e mitos que a categoria de servidores públicos e defensores do Estado derrubam todos os dias.

A verdade por trás dos mitos

Os cofres públicos não estão quebrados. Prova disso é o pagamento de juros e amortizações da dívida pública, que continuam desviando bilhões de reais todos os meses para bancos privados. É nesse montante que reside a saída da crise econômica, possibilitando prorrogação dos auxílios emergenciais com valores dignos, além de aumentos e gratificações aos trabalhadores da linha de frente do combate à Covid-19. Seria possível ainda realização de concursos de ur-

gência, para provimento qualificado de vagas ociosas para atendimento amplo da população. Neste ano, o número de contratados por concurso no governo federal é o menor desde 2012.

A taxação de grandes fortunas, regra não prevista na reforma administrativa de Paulo Guedes, também pode garantir fortalecimento de direitos de brasileiras e brasileiros, sem prejudicar a classe trabalhadora, seja ela do setor público ou da iniciativa privada. Entretanto, o caminho escolhido pelo governo é aquele que protege milionários e grandes empresas privadas enquanto sacrifica a população trabalhadora, desviando a culpa de todos os males para um bode expiatório. Neste caso, os servidores públicos que lutam por serviços universais de qualidade, sem reconhecimento dos gestores atuais.

Fonte: Condsef

Assine a Petição

PEC 101/2019

**Que pleteia plano de saúde aos
Sucanzeiros do Brasil que manusearam DDT**

